



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### PODER EXECUTIVO

**Mensagem N.º 043/2022**

Telêmaco Borba, em 01 de setembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente  
Senhores Vereadores:

Estamos enviando a essa insigne Casa de Leis, para que seja apreciado por V.Exas., o Projeto de Lei que institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Telêmaco Borba, procedendo a anistia de multas e juros de débitos fiscais municipais com fato gerador até 31 de dezembro de 2021.

Esta proposta de REFIS Municipal foi preparada tendo em vista o momento difícil por qual passa a economia do País, que também já se faz sentir nos níveis estadual e municipal, ocorrendo queda na arrecadação, fato que também levou a União e o Estado do Paraná, à concederem o programa de recuperação fiscal aos contribuintes neste ano.

Além disso, será muito oportuna para os nossos munícipes e contribuintes em geral a facilidade que se oferece para a quitação de impostos atrasados, que ao mesmo tempo proporciona melhor arrecadação ao erário municipal, vem melhorar os números de nossa Dívida Ativa baixando seu saldo e demonstrando a preocupação da Administração Municipal em solucionar problemas crônicos de quitação de impostos.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos em baixar o montante da dívida ativa, através de cobrança administrativa ou mecanismos jurídicos, o saldo não tem apresentado baixa satisfatória e consistente ao longo dos anos, acontecendo a perda de receita progressivamente.

Apresentaremos a seguir a movimentação da Dívida Ativa ocorrida neste Município nos últimos 05 (cinco) anos:

DATA	SALDO ANTERIOR	INSCRITO	BAIXA	SALDO
31/12/2016	40.549.887,27			
31/12/2017		7.058.748,46	1.681.628,79	5.377.119,67
31/12/2018		33.800.556,15	4.307.062,62	29.493.493,53
31/12/2019		6.208.831,08	3.273.126,35	2.935.704,73
31/12/2020		2.960.843,11	1.481.702,66	1.479.140,45
31/12/2021		2.402.298,74	1.040.506,73	1.361.792,01
TOTAL	40.549.887,27	52.431.277,54	11.784.027,15	81.197.137,66



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### PODER EXECUTIVO

Vale destacar que nos valores acima expressos estão computados os valores de juros, multas e correção monetária.

Para estimarmos o valor que o município deixará de arrecadar em função do benefício estabelecido através deste Projeto de Lei, teremos que destacar os valores recebidos nos últimos três anos referentes a juros e multas da dívida ativa, conforme segue:

Juros/Multas da Dívida Ativa Tributos:

2019	2020	2021
566.813,41	733.642,46	985.121,30

A seguir demonstraremos o montante previsto através do orçamento para a receita de tributos lançados em multas e juros da Dívida Ativa:

	2022	2023	2024	
D. Ativa	R\$ 995.000,00	R\$ 1.087.000,00	R\$ 1.142.000,00	JUROS/MULTAS

Como a média de baixa da Dívida Ativa nos últimos 03 (três) anos foi de R\$ 1.931.778,58 (Um milhão, novecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), pode-se observar que aconteceu um acréscimo considerável no saldo da Dívida Ativa Municipal, provavelmente devido aos últimos anos de economia estagnada pelos quais o País está passando. Então o momento é muito oportuno em oferecer ao contribuinte maiores opções e melhores condições para pôr suas obrigações fiscais em dia.

Destarte, nos termos do art. 12 e art. 14, inciso I da Lei 101/2000, informamos que o benefício concedido não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Conforme demonstrado no quadro acima a previsão orçamentária para recebimento de juros e multas da Dívida Ativa, para o exercício corrente, mesmo com redução prevista no Projeto de Lei, uma vez que gerará um valor de recebimento do principal da dívida ativa maior do que a média lançada como previsão de recebimento nas metas fiscais.

Através destas considerações e levando em conta que o erário público municipal não será afetado negativamente por tal proposta, após a análise criteriosa dos nobres vereadores, solicitamos a aprovação do presente projeto por essa Casa de Leis.





# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

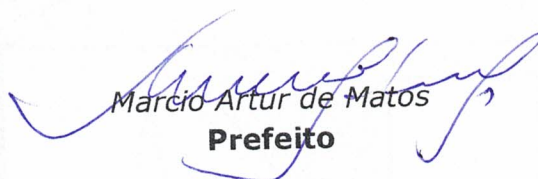
## ESTADO DO PARANÁ

### PODER EXECUTIVO

Feitas as considerações sobre esta proposta de ato normativo, requeremos a tramitação deste em **regime de urgência** nos termos do art. 159 do Regimento Interno do Poder Legislativo, tendo em vista a extrema e relevância e alcance social da matéria a ser trata, e do prazo ser observado, conforme anteprojeto de Lei em anexo.

Sem mais para o momento, externo protestos de estima e apreço, extensível aos demais Vereadores.

Atenciosamente,

  
Marcio Artur de Matos  
**Prefeito**

Excelentíssimo Senhor  
**Hamilton Aparecido Machado**  
**Presidente da Câmara de Vereadores**  
Telêmaco Borba – PR



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

#### **ANTEPROJETO DE LEI**

**SÚMULA: "INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE TELÊMACO BORBA 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Telêmaco Borba - REFIS, destinado a promover a regularização de débitos de natureza tributária com vencimento até 31 de dezembro de 2021, inscritos ou não em Dívida Ativa, protestados ou não, ajuizados ou não, mesmo aqueles com a exigibilidade suspensa.

§1º O parcelamento dos débitos deverá ser requerido pelo contribuinte, responsável ou representante legal do devedor.

§ 2º Os débitos que integram o programa REFIS são os provenientes de:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano, bem como as demais taxas que recaem sobre o imóvel.

II – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

III – Multas referentes à infração ou descumprimento das obrigações tributárias acessórias.

IV – Taxas do regular exercício do poder de Polícia.

V – Taxas de serviços e preços públicos.

**Art. 2º** Os débitos tributários de que trata o art. 1º poderão ser pagos à vista ou em parcelas mensais e sucessivas, da seguinte forma:

I - com redução de 90% (noventa por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento a vista;

II - com redução de 80% (oitenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento em até 06 (seis) parcelas;

III - com redução de 70% (setenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

IV - com redução de 60% (sessenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas;

V - com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

VI - redução de 40% (quarenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora,





# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;

§ 1º A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento ou em até cinco dias após a adesão ao programa REFIS, sob pena de extinção do benefício.

§ 2º Quando da adesão para pagamento à vista, o débito deverá ser pago no ato, ou dentro do prazo máximo de 5 dias a partir da data de adesão.

§ 3º Quando se tratar de débitos referentes a imóveis, o acordo deverá abranger toda a dívida do cadastro imobiliário.

§ 4º Quanto aos débitos mobiliários, proveniente da atividade econômica da Pessoas Físicas e Jurídicas no Município, o acordo deverá abranger toda a dívida do cadastro econômico.

§ 5º Não fará jus ao programa REFIS o contribuinte que não possuir cadastro fiscal no município ou nos casos em que ele esteja incompleto.

§ 6º Efetuada a adesão ao programa REFIS, os débitos prescritos serão extintos, de acordo com o art. 156, inciso V, do Código Tributário Nacional.

§ 7º As multas pecuniárias referentes aos crimes tributários descritos na Lei Federal nº 8.137 de 27 de dezembro de 1.990, não podem ser incluídos no programa REFIS.

§ 8º A emissão de certidão positiva com efeito de negativa, fica condicionada ao pagamento da primeira parcela, ou a quitação a vista dos débitos.

§ 9º O valor mínimo das parcelas será de R\$ 70,00 (setenta reais) para pessoa física e de R\$ 300,00 (trezentos reais) para pessoa jurídica.

§ 10. Os contribuintes com parcelamentos em vigor poderão aderir ao REFIS, conforme disposto em regulamento.

§ 11. Tratando-se de débito tributário inscrito em dívida ativa, objeto de cobrança executiva judicial, ficará suspensa a execução, até a quitação do parcelamento, sem prejuízo do recolhimento dos honorários advocatícios.

§ 12. A opção pelo REFIS/2022 importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 13. A Opção pelo REFIS/2022 não exclui a responsabilidade do contribuinte no adimplemento das despesas decorrentes da tramitação do processo judicial, as



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

quais deverão ser adimplidas junto ao órgão judiciário competente.

§ 14. Para a inclusão de débitos oriundos de parcelamentos anteriormente celebrados e não adimplidos deverá ser efetuado o pagamento a vista de 10% (dez por cento) daquele montante e o saldo somado aos débitos ainda não parcelados, para inclusão em uma das opções descritas nos incisos I a VI deste artigo.

**Art. 3º** A adesão ao programa REFIS implica:

- I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;
- II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais parcelados;
- III - suspensão da ação executiva até o pagamento integral do parcelamento;
- IV - a ciência acerca da totalidade dos débitos existentes, incluindo executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes.
- V - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.
- VI - no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente, durante toda a vigência do acordo.

**Art. 4º** O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

- I - através de formulário próprio fornecido pela Prefeitura;
- II - com discriminação dos respectivos valores e números das ações executivas, quando existentes;
- III - assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes específicos;
- IV - instruído com:
  - a) Comprovante de pagamento dos honorários advocatícios, no caso de execução fiscal;
  - b) Documento de identificação e CPF no caso de pessoa física;
  - c) Cópia do contrato social ou estatuto com a última alteração, no caso de pessoa jurídica;
  - d) Instrumento de mandato com poderes específicos no caso de representante legal.
  - e) Os documentos que comprovem a posse ou propriedade do imóvel, no caso de dívidas imobiliárias.





# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### PODER EXECUTIVO

Parágrafo único. O contribuinte que possuir ação judicial em curso, na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas desta Lei, desistir da respectiva ação judicial ou administrativa e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida demanda, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, no ato de adesão ao programa REFIS.

**Art. 5º** As parcelas objeto do programa REFIS pagas após o vencimento sujeitar-se-ão a juros e correção monetária, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal.

**Art. 6º** Constitui causa para exclusão do contribuinte ao programa REFIS, independentemente de notificação, com consequente revogação do parcelamento:

I - constituição de crédito **tributário**, lançado de ofício, correspondente a **tributo** abrangido pelo programa REFIS e não incluído na confissão a que se refere o art. 2º desta Lei, salvo se integralmente pago no exercício financeiro em que se tornar exigível, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo;

II - o atraso no pagamento de qualquer parcela pelo período superior a 90 dias.

III - o descumprimento dos termos da presente Lei, ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

IV - a decretação da falência ou recuperação judicial do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;

V - a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do programa REFIS;

VI - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

Parágrafo único. A revogação do parcelamento implicará na perda do direito de reingressar no Programa e a exigência imediata da totalidade do crédito confessado



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da execução fiscal já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, a dívida originária.

**Art. 7º** O sujeito passivo que, até o último dia de adesão ao programa REFIS/2022, comunicar voluntariamente infração relativa a tributos municipais, cujo fato gerador seja anterior a 1º de janeiro de 2022, poderá requerer o parcelamento dos débitos correspondente na forma desta Lei.

**Art. 8º** O prazo para a adesão ao REFIS inicia-se a partir de 01 de outubro de 2022 e encerra-se em 90 (noventa) dias uteis, prazo que poderá, a critério da administração, ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias através de decreto.


**Art. 9º** O disposto nesta Lei não enseja a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11.** Revoga-se as disposições em contrário.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO  
BORBA, ESTADO DO PARANÁ,** em 01 de  
setembro de 2022.

  
Marcio Artur de Matos  
**Prefeito**

  
Celso Elli Burakovski  
**Secretário Municipal de Finanças**

  
Luis Fabiano Matos  
**Procurador Geral do Município**